S.R. DA JUVENTUDE E RECURSOS HUMANOS

Despacho Normativo Nº 73/1990 de 27 de Março

Ao abrigo do n.º 5 da Resolução n.º 23/90, de 26 de Fevereiro, que cria o Programa de Ocupação de Trabalhadores desempregados (OTD/90), é aprovado o Regulamento do respectivo Programa, publicado em anexo ao presente Despacho Normativo.

26 de Fevereiro de 1990. — O Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, *Manuel Ribeiro Arruda*.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS

(OTD/90)

Artigo 1.º

Enquadramento

1. A Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos promove no corrente ano o Programa de Ocupação de Trabalhadores Desempregados (OTD/90), que se desenvolverá na Região Autónoma dos Açores durante sete meses consecutivos, no período compreendido entre os dias 2 de Abril e 31 de Dezembro.

Artigo 2.º

Objectivos

Constituem objectivos do Programa OTD/90:

—Colocar os desempregados em contacto com actividades que satisfaçam necessidades de interesse colectivo ou favoreçam e incentivem a criação de futuros postos de trabalho;

—Incentivar a participação dos desempregos na busca de oportunidades e na perspectivação do seu futuro profissional;

—Contribuir para o desenvolvimento de iniciativas locais e regionais de criação de postos de trabalhos;

Artigo 3.º

O Programa de Ocupação de Trabalhadores Desempregados é organizado pela Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional (DREFP), qual, como entidade coordenadora, compete, nomeadamente:

a) Aprovar os projectos, total ou parcialmente,

tendo em conta as necessidades de interesse mais premente e que melhor se enquadrem no espírito do programa;

b) Gerir e acompanhar a execução do Programa;

c) Garantir o processamento e o pagamento das compensações pecuniárias devidas aos participantes;

d) Apresentar entidade financiadora todos os documentos comprovativos das despesas mensais até ao dia 15 do mês seguinte;

e) Fornecer os impressos de suporte ao funcionamento do Programa;

f) Elaborar o relatório final sobre a execução do Programa.

Artigo 4.º

Entidades destinatárias

1. As entidades que poderão apresentar projectos no âmbito do Programa OTD/90 são as seguintes:

- a) Organismos e serviços da administração pública;
 - b) Autarquias;
 - c) Instituições de cultura e solidariedade social;
 - d) Entidades privadas sem fins lucrativos;
 - e) Empresas privadas.
2. Os projectos deverão dar entrada nos Centros de Emprego até ao dia 15 de Março.
3. Competirá às entidades referidas no n.º 1:
- a) Concretizar o projecto, depois de aprovado, garantindo o respectivo enquadramento funcional e o apoio aos participantes, de acordo com os respectivos do Programa;
 - b) Cumprir integralmente o disposto no termo da responsabilidade referido no n.º 1 do artigo 9.º;
 - c) Facultar o acompanhamento do projecto, por parte da entidade organizadora e coordenadora;
 - d) Comunicar à Divisão de Promoção do Emprego da Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional (DPE(DREFP)) todas as situações que perturbem o desenvolvimento das actividades;
 - e) Enviar aos Centros de Emprego, até ao quinto dia útil do mês seguinte àquele a que respeitam, os mapas de assiduidade dos participantes, bem como as correspondentes de pagamento.
4. O não cumprimento do disposto no número anterior poderá implicar a imediata suspensão do projecto.
5. Às entidades promotoras é vedado deslocar ou transferir os participantes de um projecto para outro, bem como fazer substituições sem prévio consentimento da entidade coordenadora do Programa.

Artigo 5.º

Condições de ingresso

1. O Programa OTD/90 destina-se aos trabalhadores desempregados que se encontrem inscritos, há mais de um ano, nos Centros de Emprego da Região e tenham idade igual ou superior a 25 anos, à data do início do Programa.
2. Serão abrangidos pelo Programa os trabalhadores desempregados com idade inferior a 25 anos, desde que sejam beneficiários de subsídio de desemprego.

Artigo 6.º

Tipologia dos projectos

Os projectos a apresentar pelas entidades que aderirem ao Programa OTD/90 obedecerão, preferencialmente, à seguinte tipologia:

- a) Cultura (CUL):
 1. Preservação do património histórico e cultural;
 2. Apoio a bibliotecas, arquivos e museus;
 3. Apoio a actividades de animação cultural;
- b) Ambiente (AMB):
 1. Limpeza e manutenção de jardins, canteiros e floreiras;
 2. Limpeza de ruas, praça se outros espaços públicos e cargo de Autarquias; Limpeza, manutenção e desobstrução de caminhos rurais;
 3. Limpeza e desobstrução de cursos de água;

4. Acções de sensibilização sobre ambiente e recursos naturais;

5. Limpeza, manutenção e ampliação de zonas florestais;

c) Apoio Social e Comunitário (ASC):

1. Levantamento de situações de carências;

2. Apoio ao funcionamento de centros de convívio;

Construções de infra estruturas em loteamentos destinados a habitação social;

4. Recuperação de habitação degradada;

5. Actividades educativas e informativas em bairros sociais e freguesias;

6. Apoio ao funcionamento de hospitais, centros e postos de saúde;

Divulgação de instruções de segurança;

d) Actividades Diversas (DIV):

1. Vulgarização agrícola e pecuária;

2. Apoio a centros experimentais agrícolas e pecuárias;

3. Apoio a trabalhos de investigação científica;

Artigo 7.º

Deveres dos participantes

1. Os participantes do programa OTD têm por dever, nomeadamente:

a) Aceitar a ocupação pelo período completo do Programa;

b) Cumprir o horário semanal estabelecido para a actividade da entidade promotora;

c) Cumprir as normas disciplinares que vigorarem para os demais trabalhadores da entidade promotora do projecto;

d) Cumprir todas as funções que lhes foram cometidas no âmbito do projecto;

e) Assumir as demais obrigações constantes deste Regulamento, nomeadamente quanto à assiduidade e às condições expressas no termo de responsabilidade.

2. É permitida a cessão da participação quando motivada pela obtenção de emprego ou por outro motivo que a entidade coordenadora considere justificável.

3. Constitui ainda dever dos participantes o cumprimento das instruções que lhes forem dadas pelos Centros de Emprego e se relacionem com a organização do processo.

4. A participação no programa OTD/90 não implica a perda do direito ao período de concessão do subsídio de desemprego, cujo pagamento será retomado se, no termo da vigência do mesmo Programa, se mantiverem cumulativamente as condições que motivaram a atribuição, previstas na legislação do subsídio de Desemprego.

5. A recusa injustificada de participação no Programa poderá implicar a perda do direito ao subsídio de desemprego.

Artigo 8.º

Seleção dos participantes

1. Os Centros de Emprego farão a selecção dos participantes, de acordo com os elementos caracterizadores dos projectos apresentados.

2. Em caso de igualdade de situações, o tempo de inscrição no Centro de Emprego e a qualidade de beneficiário de subsídio de desemprego funcionarão como condições preferenciais.

Artigo 9.º

Termo de responsabilidade

1. Depois de seleccionado, o participante assinará um termo de responsabilidade, em triplicado, com a entidade promotora do projecto, sendo o original destinado ao Centro de Emprego e as cópias a cada uma das partes envolvidas.

2. O termo de responsabilidade a que se refere o n.º 1 é o constante do modelo anexo ao presente regulamento

Artigo 10.º

Assiduidade e pagamento

1. A assiduidade consistirá na presença efectiva do participante no local onde se desenvolve a actividade, contada na base de 30 dias/mês.

2. A assiduidade do participante será compensada com uma prestação pecuniária mensal de 35 000\$.

3. Por cada falta de competência será descontada uma fracção de 1/30 de prestação referida no número anterior.

4. Poderá por proposta devidamente justificada do Centro de Emprego da área, ser atribuído aos ocupados neste Programa um subsídio destinado a complementar as despesas de deslocação para o respectivo posto de trabalho até ao montante diária de 1 00\$.

5. Consideram—se justificadas, sem direito a compensação, as faltas que ocorreram pelos seguintes motivos:

- a) Por nojo, de acordo com a legislação aplicável;
- b) Por doença comprovada por atestado médico;
- c) Por outro motivo que a entidade coordenadora considere relevante.

6. Perde o direito a continuar no programa o participante que faltar:

- a) Injustificadamente, cinco dias seguidos ou oito interpolados;
- b) Justificadamente, doze dias seguidos ou vinte interpolados.

7. A perda de direito à participação no Programa implica a perda de direito ao subsídio de desemprego, por significar rejeição de trabalhos ou ocupação conveniente.

8. O processo de controlo das faltas é da competência da entidade promotora do projecto.

9. Os atestados médicos ou outros documentos justificativos de faltas deverão ser remetidas aos Centros de Emprego, juntamente com os mapas de assiduidade.

10. Findo o Programa, as entidades promotoras dos projectos disporão de 30 dias para apresentarem à Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional 0(10 e qualquer documento pendente.

11. Findo o prazo indicado no n.º 1(1, a responsabilidade pelo pagamento das compensações pecuniárias será integralmente transferida para as entidades que não tenham dado cumprimento às obrigações decorrentes da execução do Programa.

Artigo 11.º

Financiamento

1. O Programa OTD/90 é financiado pelo Gabinete de Gestão Financeira do Emprego, que afectará a dotação de 20 000 000\$ para os seguintes encargos:

- a) Compensações pecuniárias devidas aos participantes no programa, e eventuais subsídios de deslocação;
- b) Seguro contra acidentes pessoais, nos termos do artigo 12.º;
- c) Custos administrativos com a implementação, desenvolvimento e acompanhamento do programa.

2. As entidades destinatárias referidas na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º suportarão 50% do quantitativo referente à compensação devida aos participantes, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º.

Artigo 12.º

Seguro

Todos os trabalhadores abrangidos por este Programa ficam ao abrigo de um contrato de seguro contra acidentes pessoais, cuja celebração é da responsabilidade da Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional.

Artigo 13.º

Descanso semanal

Os participantes têm direito a dois dias de descanso semanal, sendo um deles, obrigatoriamente, o domingo, mas sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º.

Artigo 14.º

Forma de pagamentos

O pagamento das compensações pecuniárias devidas aos participantes será efectuado por meio de transferência bancária.

Artigo 15.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões serão resolvidas por despacho do Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.